



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

entre

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.,
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

representando a comunhão dos titulares das Debêntures

e, ainda,

**ÁGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S.A.
VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S.A.
RIO NOVO LOCAÇÕES LTDA.
VD COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**
como Fiadoras

Datado de
10 de dezembro de 2014

D





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Pelo presente instrumento, como emissora:

KURUMÁ VEÍCULOS S.A., sociedade por ações de capital fechado, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 2255, Bairro Santa Luíza, Vitória, Estado do Espírito Santo, CEP: 29045-402, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 00.827.783/0001-81, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

E, ainda, como fiadoras e principais pagadoras, solidariamente entre si e com a Emissora,

ÁGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, inscrita





no CNPJ/MF sob o nº 31.469.364/0001-49, com sede no Edifício Work Center, Rua José Alexandre Buaiz, nº 300, 17º andar - salas 1701 a 1709 e 18º Andar - salas 1801 a 1809, Enseada do Suá, na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, CEP 29.050-545, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Águia Branca");

VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S.A., sociedade por ações de capital fechado, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.486.182/0001-09, com sede na Rodovia BR 262, km 05, s/n, Campo Grande, CEP 29.145-901, na Cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Viação");

RIO NOVO LOCAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.373.710/0001-18, com sede na Rodovia BR 262, km 6.3, s/n, sala 208, 2º andar, Vila Capixaba, CEP 29157-405, na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Rio Novo"); e

VD COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 39.786.983/0001-79, com sede na Rodovia BR 101, km 294, s/n, Bairro Vila Independência, CEP 29.148-640, na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, neste ato representada na forma de seu contrato social ("VD Comércio" e, em conjunto com a Águia Branca, a Viação e a Rio Novo, "Fiadoras"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a Ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Kurumá Veículos S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.



CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação tomada em assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 24 de novembro de 2014 ("AGE da Emissora"), na qual foram aprovadas (a) a Emissão e a Oferta Restrita (conforme abaixo definidas), bem como seus termos e condições; e (b) autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A constituição das Garantias, conforme descritas na Cláusula 4.11. abaixo, foi aprovada: (i) pela Emissora, com base na deliberação da AGE da Emissora; (ii) pela Águia Branca, nos termos da reunião do conselho de administração realizada em 24 de novembro de 2014 ("RCA da Águia Branca"); (iii) pela Viação, nos termos da assembleia geral extraordinária realizada em 24 de novembro de 2014 ("AGE da Viação"); (iv) pela Rio Novo, nos termos da reunião de sócios realizada em 24 de novembro de 2014 ("RS da Rio Novo"); e (v) pela VD Comércio, no termos da reunião de sócios realizada em 24 de novembro de 2014 ("RS da VD Comércio") e, em conjunto com a RCA da Águia Branca, AGE da Viação e RS da Rio Novo, "Atos Societários das Fiadoras").

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:



2.1.1. *Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA").*

2.1.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (respectivamente, "Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro perante a CVM.

2.1.1.2. Além disso, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 3 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), a Oferta poderá vir a ser registrada exclusivamente com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, de acordo com o disposto no artigo 1º, parágrafo 2º, do Código ANBIMA, desde que a ANBIMA tenha divulgado a forma pela qual esse registro deverá ser feito até o comunicado de encerramento da Oferta.

2.1.2. *Arquivamento e Publicação da AGE da Emissora e dos Atos Societários das Fiadoras*

2.1.2.1. A ata da AGE da Emissora foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo ("JUCEES") em 1 de dezembro de 2014, sob nº 20140559230 e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Espírito Santo ("DOEES") e (ii) no jornal "Notícia Agora", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. Os Atos Societários das Fiadoras serão devidamente arquivados na JUCEES e encaminhados pela Emissora ao Agente Fiduciário, tempestivamente após o respectivo arquivamento.

2.1.2.3. A AGE da Viação será publicada no (i) DOEES e (ii) no jornal "Notícia Agora".

2.1.3. *Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão*

2.1.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão (i) arquivados na JUCEES, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo 1 (uma) via original da respectiva Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCEES, serem enviados, tempestivamente após o respectivo arquivamento, pela Emissora ao Agente Fiduciário; e (ii) registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, da Comarca da Cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em razão da prestação da fiança, nos termos do item 4.11.1.2. abaixo, devendo 1 (uma) via original da respectiva Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos acima, serem enviados, tempestivamente após os respectivos registros, pela Emissora ao Agente Fiduciário.

2.1.4. *Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica*

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”); e (ii) negociação, observado o disposto no item 2.1.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o descrito no item 2.1.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, e (ii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, entre investidores considerados como qualificados, nos termos do artigo 4º da Instrução da CVM 476 (“Investidores Qualificados”) e (iii) observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) o comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos; (ii) o comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados; (iii) o comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; (iv) serviço de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; (v) serviço de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores; (vi) serviço de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; (vii) serviço de alinhamento e balanceamento de veículo automotores; (viii) serviço de lavagem, lubrificação e polimento de veículo automotores; (ix) serviço de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; (x) participação em outras sociedades como sócia ou acionista, exceto holdings; (xi) atuação como representante comercial e agente do comércio de veículos automotores; (xii) desenvolvimento de atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (xiii) comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar; (xiv) comércio varejista de lubrificantes; e (xv) serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida no item 4.1.2 abaixo).

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.



3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 112 (cento e doze) Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o Escriturador Mandatário será a Itaú Corretora de Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, para o montante de R\$112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais) com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição ("Coordenador Líder"), conforme contrato a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Colocação").

3.7.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.7.2.1. O prazo máximo de colocação das Debêntures será estabelecido no Contrato de Colocação, observadas as disposições dos artigos 7-A e 8º da Instrução CVM 476/09 ("Prazo de Colocação").



3.7.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.4. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca desta Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.7.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para o pagamento do principal das notas promissórias comerciais da 1ª (primeira) emissão da Companhia e para o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas das Debêntures

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Data de Emissão



4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 18 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.3. *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 69 (sessenta e nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2020, ressalvados os eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula VI abaixo, de resgate antecipado facultativo ou de resgate antecipado em decorrência da Indisponibilidade da Taxa DI conforme previsto no item 4.6.2.4 abaixo ("Data de Vencimento").

4.1.4. *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.1.6. *Conversibilidade e Permutabilidade*

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis em ações de outra empresa.

4.1.7. *Espécie*

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações e da cláusula 4.12. abaixo.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, durante o Prazo de Colocação, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM 476.

4.2.3. Preço de Subscrição e Integralização

4.2.3.1. O preço de subscrição das Debêntures será, na primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido), o seu Valor Nominal Unitário, e, nas Datas de Integralização subsequentes, o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração (conforme definida no item 4.6 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior até a data da sua efetiva integralização, observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas em datas diversas ("Data de Integralização"), a partir da data de início da distribuição até o término do prazo de colocação, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, de acordo com os procedimentos de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.4. Direito de Preferência

4.4.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.5. Atualização do Valor Nominal

4.5.1. As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

4.6. Remuneração

4.6.1. A partir da primeira Data de Integralização, as Debêntures farão jus a remuneração equivalente a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um percentual (*spread*) ou sobretaxa de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração das Debêntures será incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a primeira Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do respectivo pagamento da Remuneração, de acordo com os critérios definidos no caderno de fórmulas da CETIP para as Debêntures, disponível para consulta na página da CETIP na Internet (<http://www.cetip.com.br>), de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

- J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido) informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator de = Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte

Juros: fórmula:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread), onde:

FatorDI produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n ;

n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left[\left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

"spread" é igual a 2,2000 (dois inteiros e vinte centésimos);

"DP" é o número de Dias Úteis entre a primeira Data de Integralização das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.6.2. O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

(i) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(ii) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;

(iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(iv) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.





4.6.2.1. Observado o quanto estabelecido no item abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável ("Indisponibilidade da Taxa DI").

4.6.2.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis acima ou da data de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, assembleia geral de debenturistas ("AGD") para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, as fórmulas do item acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.2.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.6.2.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da primeira Data de Integralização, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Neste caso, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas neste item 4.6 e seguintes desta Escritura de

[Handwritten signature]



Emissão para fins de cálculo da Remuneração.

4.6.2.5. Para fins desta Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil.

4.6.2.6. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.7. Amortização e Pagamento da Remuneração.

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 48 (quarenta e oito) parcelas iguais e sucessivas, a partir do 22º (vigésimo segundo) mês (inclusive) a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 18 de outubro de 2016 e a última na Data de Vencimento, ressalvados os casos de Resgate Antecipado Facultativo ou Vencimento Antecipado, de acordo com a tabela abaixo:

Data de Amortização	% do Valor Nominal na Data de Emissão
18.10.2016	2,0833
18.11.2016	2,0833
18.12.2016	2,0833
18.1.2017	2,0833
18.2.2017	2,0833
18.3.2017	2,0833
18.4.2017	2,0833
18.5.2017	2,0833

18.6.2017	2,0833
18.7.2017	2,0833
18.8.2017	2,0833
18.9.2017	2,0833
18.10.2017	2,0833
18.11.2017	2,0833
18.12.2017	2,0833
18.1.2018	2,0833
18.2.2018	2,0833
18.3.2018	2,0833
18.4.2018	2,0833
18.5.2018	2,0833
18.6.2018	2,0833
18.7.2018	2,0833
18.8.2018	2,0833
18.9.2018	2,0833
18.10.2018	2,0833
18.11.2018	2,0833
18.12.2018	2,0833
18.1.2019	2,0833
18.2.2019	2,0833
18.3.2019	2,0833
18.4.2019	2,0833
18.5.2019	2,0833
18.6.2019	2,0833
18.7.2019	2,0833
18.8.2019	2,0833
18.9.2019	2,0833

8



18.10.2019	2,0833
18.11.2019	2,0833
18.12.2019	2,0833
18.1.2020	2,0833
18.2.2020	2,0833
18.3.2020	2,0833
18.4.2020	2,0833
18.5.2020	2,0833
18.6.2020	2,0833
18.7.2020	2,0833
18.8.2020	2,0833
18.9.2020	<u>Saldo Devedor</u>

4.7.2. A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 18 de janeiro de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures ("Data de Pagamento da Remuneração"), ressalvados os casos de Resgate Antecipado Facultativo ou Vencimento Antecipado.

4.7.3. Farão jus aos pagamentos de amortização e Remuneração das Debêntures aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.8. Repactuação Programada

4.8.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.9. Condições de Pagamento

4.9.1. *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

[Handwritten signature]



4.9.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

4.9.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

4.9.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.9.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.9.3. *Encargos Moratórios*

4.9.3.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 4.9.2 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros

8



de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

4.9.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora em razão das Debêntures nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10. **Publicidade**

4.10.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOEES, na forma de "Aviso aos Debenturistas" e no "Notícia Agora", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário e à CETIP qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.11. **Garantias**

4.11.1. Como garantia pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, Remuneração, os Encargos Moratórios e multas, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como

8



todo e qualquer acessório ao principal, inclusive qualquer custo ou despesa necessário comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora no âmbito de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral bem como no âmbito da Emissão, necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, incluindo honorários e despesas advocatícias ("Obrigações Garantidas") a Emissão contará com as seguintes garantias:

4.11.1.1. **Garantia Real**

4.11.1.1.1. No prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados da Data de Emissão, a Águia Branca e a Rio Novo obrigam-se, em conjunto e individualmente, em caráter irrevogável e irretratável, a constituir em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, garantias reais representadas (i) pela hipoteca em segundo grau do imóvel objeto da matrícula nº 22490, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Carapina, Estado do Espírito Santo ("Imóvel Carapina"), nos termos da escritura de hipoteca a ser celebrada entre a Emissora, a Rio Novo e o Agente Fiduciário, entre outros ("Escritura de Hipoteca Carapina"), no valor total de, no mínimo, R\$18.860.000,00 (dezoito milhões e oitocentos e sessenta mil reais) ("Hipoteca Carapina"); (ii) pela hipoteca em segundo grau do imóvel objeto da matrícula nº 26.185 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca Vitória, Estado do Espírito Santo ("Imóvel Vitória"), nos termos da escritura de hipoteca a ser celebrada entre a Emissora, a Águia Branca e o Agente Fiduciário, entre outros ("Escritura de Hipoteca Vitória"), no valor total de, no mínimo, R\$45.477.330,25 (quarenta e cinco milhões quatrocentos e setenta e sete mil trezentos e trinta reais e vinte e cinco centavos) ("Hipoteca Vitória"); e (iii) pela hipoteca em primeiro grau do imóvel objeto da matrícula nº 20.825 do 1º Registro de Imóveis de Linhares, Estado do Espírito Santo ("Imóvel Linhares" e, quando em conjunto com o Imóvel Carapina e com o Imóvel Vitória, "Imóveis Hipotecados"), nos termos da escritura de hipoteca a ser celebrada entre a Emissora, a Rio Novo e o Agente Fiduciário, entre outros ("Escritura de Hipoteca Linhares" e, em conjunto com a Escritura de Hipoteca Carapina e com a Escritura de Hipoteca Vitória, "Escrituras de Hipoteca"), no valor total de, no mínimo, R\$32.765.000,00 (trinta e dois



milhões setecentos e sessenta e cinco mil reais) ("Hipoteca Linhares" e, quando em conjunto com a Hipoteca Carapina e com a Hipoteca Vitória, "Garantia Real"), observado ainda que o valor dos Imóveis Hipotecados utilizados será o valor de mercado apurado no laudo de avaliação e poderá ser atualizado nos termos das Escrituras de Hipoteca.

4.11.1.1.2. Nos termos dos laudos de avaliação preparados por perito especializado em outubro de 2014, o valor dos Imóveis Hipotecados, em conjunto, é superior a R\$44.800.000,00 (quarenta e quatro milhões e oitocentos mil reais), ou seja, corresponde a mais de 40% (quarenta por cento) do valor da Emissão.

4.11.1.2. **Garantia Fidejussória**

4.11.1.2.1. As Fiadoras, por este ato e na melhor forma de direito, se obrigam, solidariamente entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente (entre si e com a Companhia) responsáveis pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas da Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e das Escrituras de Hipoteca, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pela quitação integral de todas as Obrigações Garantidas ("Fiança").

4.11.1.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou das Escrituras de Hipoteca. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente

8



Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

4.11.1.4. Não há preferência quanto à execução da Fiança ou da Garantia Real, a Fiança e a Garantia Real são garantias diversas, independentes e autônomas e respondem integralmente pelas obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão.

4.11.1.5. A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas.

4.11.1.6. Cada uma das Fiadoras, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e das Escrituras de Hipoteca, exigir e/ou demandar a Companhia e/ou qualquer das demais Fiadoras em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou das Escrituras de Hipoteca; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia e/ou de qualquer das demais Fiadoras em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou das Escrituras de Hipoteca antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou das Escrituras de Hipoteca, repassar, no prazo de 1 (um) dia útil contado da data de seu recebimento, tal valor aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, conforme o caso.

4.11.1.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.11.1.8. As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, observado, entretanto, que as Fiadoras desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelas Fiadoras nos

termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.11.1.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

4.11.1.10. As Fiadoras declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, de forma solidária, das Obrigações Garantidas, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta.

4.11.1.12. O valor correspondente às Obrigações Garantidas será pago por cada uma das Fiadoras em até 3 (três) dias úteis após notificação por escrito formulada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após, respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão, a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

4.12. Convolção em Debêntures da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional

4.12.1. Uma vez verificada a constituição da Garantia Real, conforme Cláusula 4.11.1.1. acima, as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária (com garantia adicional fidejussória) passando a ser da espécie com garantia real (com garantia adicional fidejussória).

4.12.2. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora e

8





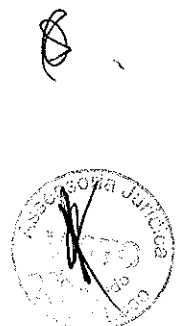
das Fiadoras, conforme o caso, promover o registro das Escrituras de Hipoteca, caso a Emissora não o faça, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, às expensas da Emissora, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, bem como a celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão ("Aditamento"), conforme minuta anexa a presente Escritura de Emissão (Anexo I), para adequar a espécie das Debêntures, e enviá-lo à CETIP, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ou de AGD para aprovação do Aditamento.

4.12.3. A celebração do Aditamento mencionado na Cláusula 4.12.2. acima deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis contados da data de registro das Escrituras de Hipoteca nos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis, prorrogável por mais até 10 (dez) dias úteis, desde que o atraso ocorra por motivo não imputável à Emissora, em decorrência de cumprimento de exigências para registro das Escrituras de Hipotecas nos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis.

CLÁUSULA V
AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO
FACULTATIVO E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476 e o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.



5.2. Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial, a qualquer tempo a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 18 de dezembro de 2016, mediante notificação prévia aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e à CETIP ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos do item 4.10. acima, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do efetivo resgate ("Resgate Antecipado Facultativo" e "Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo", respectivamente). A CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados da realização do Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo.

5.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar (a) a data e o procedimento de Resgate Antecipado Facultativo, observada a legislação pertinente, bem como os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) menção ao valor do pagamento devido aos Debenturistas, incluindo o valor do prêmio a ser pago, conforme disposto no item 5.2.3 abaixo; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

5.2.3. O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e (ii) dos respectivos prêmios de Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até

P



a data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme tabela abaixo ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures"):

Período de Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio
18.12.2016 (inclusive) a 18.6.2017 (exclusive)	0,57%
18.6.2017 (inclusive) a 18.12.2017 (exclusive)	0,56%
18.12.2017 (inclusive) a 18.6.2018 (exclusive)	0,54%
18.6.2018 (inclusive) a 18.12.2018 (exclusive)	0,52%
18.12.2018 (inclusive) a 18.6.2019 (exclusive)	0,50%
18.6.2019 (inclusive) a 18.12.2019 (exclusive)	0,48%
18.12.2019 (inclusive) a 18.6.2020 (exclusive)	0,45%
18.6.2020 (inclusive) a 18.12.2020 (exclusive)	0,40%

5.2.4. A data do Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.2.5. O pagamento do resgate deverá ser realizado pela Emissora na data do Resgate Antecipado Facultativo, sendo certo que todas as Debêntures objeto de resgate serão liquidadas em uma única data. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

5.3. Amortização Extraordinária Facultativa

5.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, a qualquer tempo a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 18 de dezembro de 2016, mediante

[Handwritten signature]



notificação prévia aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário, Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e à CETIP ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos do item 4.10. acima, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do efetivo resgate ("Amortização Extraordinária" e "Comunicação de Amortização Extraordinária", respectivamente). A CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados da realização da Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data da Amortização Extraordinária.

5.3.2. Na Comunicação de Amortização Extraordinária deverá constar (a) a data e o procedimento de Amortização Extraordinária, observada a legislação pertinente, bem como os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) menção ao valor do pagamento devido aos Debenturistas, incluindo o valor do prêmio a ser pago, conforme disposto no item 5.3.3 abaixo; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

5.3.3. Os valores pagos pela Emissora a título de Amortização Extraordinária será equivalente a um determinado percentual incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme informado na Comunicação de Amortização Extraordinária, em todo o caso limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva amortização, e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária, e (ii) dos respectivos prêmios de Amortização Extraordinária, incidentes sobre parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme informado na Comunicação de Amortização Extraordinária, em todo o caso limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva amortização, e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária, conforme tabela abaixo ("Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures"):

8



Período de Amortização Extraordinária Facultativa	Prêmio
18.12.2016 (inclusive) a 18.6.2017 (exclusive)	0,57%
18.6.2017 (inclusive) a 18.12.2017 (exclusive)	0,56%
18.12.2017 (inclusive) a 18.6.2018 (exclusive)	0,54%
18.6.2018 (inclusive) a 18.12.2018 (exclusive)	0,52%
18.12.2018 (inclusive) a 18.6.2019 (exclusive)	0,50%
18.6.2019 (inclusive) a 18.12.2019 (exclusive)	0,48%
18.12.2019 (inclusive) a 18.6.2020 (exclusive)	0,45%
18.6.2020 (inclusive) a 18.12.2020 (exclusive)	0,40%

5.3.4. A data da Amortização Extraordinária deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.3.5. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado pela Emissora na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.3.6. As Partes, desde já, estabelecem que não será necessária a celebração de qualquer tipo de aditamento ou qualquer formalidade adicional à esta Escritura de Emissão em decorrência da Amortização Extraordinária das Debêntures.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado Automático

6.1.1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, exigindo o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) (a) pedido, por parte da Emissora e/ou por qualquer Fiadora, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (b) se a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou (c) se a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras formular pedido de autofalência; (d) pedido de falência da Emissora e/ou qualquer das Fiadoras, formulado por terceiros, e não elidido no prazo legal; (e) ou se a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras sofrer liquidação, dissolução ou extinção, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, incluindo acordo de credores;
- ii) na hipótese desta Escritura de Emissão, da Fiança e/ou as Escrituras de Hipoteca tornarem-se comprovadamente inexecutáveis ou inválidas nos termos da legislação aplicável;
- iii) aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita no item 3.8. desta Escritura de Emissão;

②



- iv) falta de cumprimento pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nas Escrituras de Hipoteca;
- v) questionamento judicial desta Escritura de Emissão, da Fiança, das Escrituras de Hipoteca e/ou de qualquer dos documentos relacionados à Emissão realizado pela Emissora e/ou por qualquer Fiadora;
- vi) transformação do tipo societário da Emissora, de modo que deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- vii) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação, cujo valor individual e/ou agregado, seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para Emissora e/ou R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para as Fiadoras, exceto por aquelas dívidas que estejam sendo questionadas de boa-fé pela Emissora e/ou Fiadoras;
- viii) pagamento, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu contrato social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, caso a Emissora esteja inadimplente com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- ix) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, sem a anuência prévia de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- x) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da, ou pela, Emissora e/ou Fiadoras, sem que haja a anuência prévia de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, excetuando-se desse item (a) reorganização societária que não resulte na perda de controle direto ou indireto pela Águia Branca, desde que as obrigações decorrentes das Debêntures estejam integralmente cumpridas e desde que as novas empresas, caso existentes, sejam também garantidoras da operação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate antecipado das Debêntures em Circulação de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata*

Ⓢ



temporis desde a primeira Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento;

- xi) redução do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras sem a anuência prévia de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xii) se ocorrer mudança do controle acionário (direto ou indireto) da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, conforme quadro societário vigente na Data de Emissão, sem a anuência prévia de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xiii) se a Garantia Fidejussória outorgada no âmbito desta Escritura de Emissão e/ou das Escrituras de Hipoteca: (a) for objeto de questionamento judicial, no Brasil ou no exterior, pela Emissora, pelas Fiadoras ou por terceiros, desde que a garantia não seja substituída pela Emissora mediante aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas; (b) não for devidamente constituída e formalizada; (c) for anulada; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;
- xiv) não constituição pela Águia Branca e/ou pela Rio Novo da Garantia Real, dentro do prazo previsto nesta Escritura de Emissão; e
- xv) se as Garantias se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da importância, e desde que não sejam substituídas ou reforçadas nos termos das Escrituras de Hipoteca.

6.1.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis para obrigações pecuniárias e em até 5 (cinco) Dias Úteis para obrigações não pecuniárias, ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão.

Ⓟ



6.2. Vencimento Antecipado Não Automático

6.2.1. O Agente Fiduciário deverá convocar AGD, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado das obrigações da Emissora referentes às Debêntures sendo que, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nas Escrituras de Hipoteca, que não seja sanada no prazo de cura específico, caso haja, ou no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da data do respectivo inadimplemento;
- ii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras nesta Escritura de Emissão e/ou nas Escrituras de Hipoteca, conforme o caso;
- iii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, consideradas relevantes para a manutenção das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou das Fiadoras;
- iv) mudança ou alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras de forma a alterar suas atuais atividades principais ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- v) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras;
- vi) existência de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, decisão administrativa ou laudo arbitral definitivo contra a

8



Emissora e/ou Fiadoras, que não caiba qualquer tipo de manifestação, em valor individual e/ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a Emissora e para as Fiadoras;

- vii) protesto de títulos contra a Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras em valor, que individualmente ou de forma agregada seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a Emissora e para as Fiadoras, ou o seu equivalente em outras moedas;
- viii) cessão, promessa de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos que representem mais de 10% (dez por cento) dos ativos totais da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou que estejam fora do curso ordinário de seus negócios, sem a anuência prévia de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- ix) constituição de qualquer Ônus (conforme definido abaixo) sobre ativo(s) da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras em desacordo com a manutenção dos negócios da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras e que implique a quebra dos Índices Financeiros (conforme abaixo definido). Para os fins deste item, "Ônus" significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima;
- x) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos pela Emissora e/ou Fiadoras que importem em trabalho infantil e trabalho escravo;
- xi) não apresentação do Seguro Patrimonial, conforme definido nas Escrituras de Hipoteca, para os Imóveis Hipotecados, indicando o Agente Fiduciário como beneficiário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo previsto nas Escrituras de Hipoteca;
- xii) caso as partes não cheguem a um acordo sobre o novo índice aplicável às Debêntures, na forma da cláusula 4.6.2.4. acima;
- xiii) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos pela Emissora e/ou Fiadoras que importem em crime contra o meio ambiente, em valor, que individualmente ou de forma agregada, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)

[Handwritten signature]



e/ou que possam, de qualquer forma, causar um prejuízo à reputação da Emissora ou de qualquer das Fiadoras; e

- xiv) não observância pela Emissora e/ou pela Águia Branca, em cada período de apuração, o qual será semestral, dos limites abaixo estabelecidos para a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA apurados pelos auditores independentes contratados pela Emissora e/ou pela Águia Branca e acompanhados pelo Agente Fiduciário com base nas informações publicadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora e da Águia Branca, a partir da publicação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ("Índices Financeiros"):

Ano	Emissora	Águia Branca
	Índice Dívida Líquida / EBITDA	Índice Dívida Líquida / EBITDA
2014	< 3,20	< 2,50
2015	< 3,00	< 2,50
2016 a		
2020	< 2,50	< 2,50

6.2.1.1. Para fins da presente Escritura de Emissão, considera-se como:

- (i) "Dívida Líquida": significa o valor da dívida (i) menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos). Onde (i) Dívida é a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados (*), arrendamento mercantil / leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos). (*) Fianças ou Avais prestados para garantir dívidas de empresas do grupo econômico que já estejam contempladas no endividamento consolidado serão desconsiderados para evitar duplicidade desses valores na posição de endividamento; e





- (ii) "EBITDA": significa resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, bem como antes dos alugueis pagos à Rio Novo, respeitando valores totais anualizados, com mínimo de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e máximo de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais). Para fins deste item, entende-se como resultado não operacional os seguintes eventos, sem prejuízo de outros: provisões / reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo; impairment, ganhos por valor justo/atualização de ativos (sem efeito caixa); despesas pontuais de reestruturação; e venda de ativos, exceto na VIX Logística S.A e desde que não haja nenhuma ressalva pela Auditoria sobre este resultado de venda considerado como operacional.

6.2.1.2. Os Índices Financeiros indicados acima para a Águia Branca, deverão considerar, no consolidado, no mínimo, os resultados da Emissora, da Águia Branca, de cada uma das Fiadoras, da Trip Participações S.A., da Trip Investimentos Ltda., da Vix Logística S.A., da VD Comércio de Veículos Ltda., da Vitória Motors Ltda. bem como outras empresas do grupo, conforme aplicável.

6.2.1.3. Os Índices Financeiros indicados acima para a Emissora, deverão considerar, no consolidado, no mínimo, os resultados da Emissora, VD Comércio, Land Vitória Comércio de Veículos Ltda., Vitória Motors Ltda., AB Comércio de Veículos Ltda., V.M. Comércio De Automóveis Ltda., Draco Serviços e Acessórios Para Veículos Ltda., VD Pneus Ltda., bem como outras empresas que compõe o segmento de concessionárias de veículos do grupo, conforme aplicável.

6.2.1.4. Ainda para efeito do item (ii) da Cláusula 6.2.1.1. acima, os valores mínimos e máximos de alugueis serão corrigidos pelo IGP-M, e, desde que haja concordância de 75% dos debenturistas, os parâmetros de valor e a empresa recebedora dos alugueis poderão sofrer alteração, a fim de adequar a nova realidade do negócio, que poderá ser, ajustes societários, realocação de contratos internos no grupo, crescimento de negócios ou mesmo alteração no modelo de uso de imóveis, não se limitando a estes.

8





6.2.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.

6.2.3. Caso a AGD mencionada no item 6.2.1 acima não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocações, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.4. Uma vez instalada a AGD prevista no item 6.2.1, será necessário o quórum especial de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.5. Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Liquidante informando o vencimento antecipado.

6.2.6. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos deverá ser efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da carta mencionada no item 6.2.5 acima pela Emissora, sob pena do disposto no item 6.2.7 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.2.7. Caso a Emissora não proceda o pagamento das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures,





acrescido da Remuneração, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA VII
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) com relação à Emissora e à Águia Branca, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias para a Emissora e 120 (cento e vinte) dias para a Águia Branca, após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras publicadas e completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como apresentar relatório específico de apuração dos Índices Financeiros preparado pela Emissora e/ou pela Águia Branca, conforme o caso, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, Águia Branca e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (2) declaração assinada pelos administradores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
 - b) com relação à Emissora e à Águia Branca, dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada ano,

8



cópia de suas demonstrações financeiras auditadas e completas, relativas ao período encerrado em 30 de junho de cada ano, bem como apresentar relatório de apuração dos Índices Financeiros preparado pela Emissora e/ou pela Águia Branca, conforme o caso, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou à Águia Branca todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- c) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.1 e 6.2 na mesma data contados da data em que a Emissora tomou conhecimento de tais eventos;
- e) aviso aos Debenturistas, fatos relevantes conforme definidos na Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam influir de modo ponderável o interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

8





- ii) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- iii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM;
- iv) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditor(es) independente(s), sendo que deverá divulgar tais informações em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de cada exercício social, e manter publicadas por um prazo de 3 (três) anos;
- v) observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal "Fato Relevante" ao Agente Fiduciário;
- vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM, pela CETIP, pelo Banco Liquidante e/ou pelo Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação, ou no prazo estipulado pela solicitante na própria solicitação, o que for menor;
- viii) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis aos titulares das Debêntures em Circulação qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional;
- ix) comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis para obrigações pecuniárias e em até 5 (cinco) Dias Úteis para obrigações não pecuniárias, à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão;

§



- x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, não praticar nenhum ato em desacordo com seu contrato social ou com esta cártula;
- xi) cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM e da CETIP, como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia, caso aplicável;
- xii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com esta Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis;
- xiii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas, podendo ou não ter um efeito adverso relevante na capacidade da Emissora ou das Fiadoras de honrarem suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- xiv) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Restrita sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto nesta Escritura de Emissão;
- xv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aquelas questionadas, ou que poderão ser questionadas, de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- xvi) manter, e fazer com que suas Afiliadas (conforme definidas abaixo) mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;





- xvii) manter, assim como fazer que suas Afiliadas (conforme definidas abaixo) mantenham, em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- xviii) manter, e fazer com que suas Afiliadas (conforme definidas abaixo) mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades;
- xix) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como de qualquer hipótese de vencimento antecipado;
- xx) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP, seja à CETIP, ao Banco Liquidante ou a qualquer outro prestador de serviço relacionado à Emissão;
- xxi) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Banco Liquidante e do Escriurador Mandatário e mantê-lo contratado durante o prazo de vigência das Debêntures;
- xxii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- xxiii) sem prejuízo das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476, apresentar ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- xxiv) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais,

[Handwritten signature]



aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que de boa fé, esteja discutindo, ou que seja passível de discussão, a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;

- xxv) comunicar em até 1 (um) Dia Útil, contado da data do evento ou situação, o Agente Fiduciário da ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- xxvi) observar o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis, bem como adotar quaisquer medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- xxvii) observar a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, zelando sempre para que (i) a Emissora não utilize, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores da Emissora estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) a Emissora cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) a Emissora cumpra a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) a Emissora detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; (vi) a Emissora tem

④





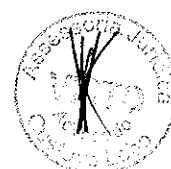
todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável; e

xxviii) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (xiii) da Cláusula 8.4.1., no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xiv) da Cláusula 8.4.1. abaixo.

7.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

7.2. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, as Fiadoras, em conjunto e individualmente, assumem as obrigações a seguir mencionadas:

- (i) exclusivamente com relação à Águia Branca e Viação, preparar suas respectivas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, ambas auditadas e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) exclusivamente a Águia Branca deverá divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditor(es) independente(s);



- (iii) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (iv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades;
- (v) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que esteja discutindo, ou possa discutir, de boa fé a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;
- (vi) observar o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis, bem como adotar quaisquer medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;
- (vii) observar a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, zelando sempre para que (i) a Fiadora não utilize, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores da Fiadora estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) a Fiadora cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) a Fiadora cumpra a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) a Fiadora detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; (vi) a Fiadora tem

Ⓢ





todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;

- (viii) realizar pagamento das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do recebimento de notificação neste sentido.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;





- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- x) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- xii) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, de acordo com os documentos e informações fornecidos pela Emissora;
- xiii) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou

8



integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário; e

- xiv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura de Emissão, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.6 abaixo.

8.3.2. Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

[Handwritten signature]



8.3.4. A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEES.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;







- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- x) solicitar às expensas da Emissora, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;

Q





- xi) convocar às expensas da Emissora, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.10 respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- xii) comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à ocorrência dos eventos

8





previstos nos itens da Cláusula VI acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;

- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando:
 - i. denominação da companhia ofertante;
 - ii. valor da emissão;
 - iii. quantidade de debêntures emitidas;
 - iv. espécie;
 - v. prazo de vencimento das debêntures;
 - vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.
- xiv) disponibilizar o relatório de que trata o inciso (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório;
 - c) na CVM;
 - d) na sede do Coordenador Líder;
- xv) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.10, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que





se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;

- xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora, e os Debenturistas assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomar ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada (a) à CVM; e (b) à CETIP;
- xix) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VI acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto; e
- xxii) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

8.5. Atribuições Específicas





8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- ii) requerer a falência da Emissora;
- iii) executar a Garantia Real, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula VI (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iv) do item 8.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (v) do item 8.5.1 acima.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do

[Handwritten mark]





estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

8.6.4. As parcelas citadas na Cláusula 8.6.1. acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o





Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

8.6.5. As parcelas de remuneração serão atualizadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.6.6. Os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei 6.404/76.

8.6.7. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, alimentação, transporte e publicações em geral, notificações, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, extração de certidões fotocópias, digitalizações, envio de documentos, necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após, a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas à Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.6.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência,

Q





enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.9. No caso de alteração nas características da Emissão ou em eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, fica facultada ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

8.6.10. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.11. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas acima deverão ser previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora, sempre que possível, exceto em caso de decretação de vencimento antecipado, seja ele pecuniário ou não pecuniário, em que o Agente Fiduciário não precisará obter a autorização prévia da Emissora.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) dias, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, acompanhada de cópia dos comprovantes de pagamento.





8.7.3. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, conforme Cláusula 8.6.7. acima.

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. À AGD aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1.2. A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM.

9.1.3. A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes nos jornais previstos no item 2.1.2.1. desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.4. As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

9.2. Quorum de Instalação





9.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, ou administradores (conselheiros ou diretores) da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 9.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere ao item 9.4.1 acima: (i) os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, caso aplicável; e (ii) qualquer alteração (a) na Remuneração bem como em quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (b) na redação de qualquer dos eventos previstos na Cláusula VI acima; (c) nas regras relacionadas ao Resgate Antecipado Facultativo e/ou Amortização Extraordinária, previsto na Cláusula V acima; (d) na Data de Vencimento; (e) nas Garantias; e/ou (f) na espécie das Debêntures; em





qualquer destas hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, observado que a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento deverá ser deliberado de acordo com o quórum de 75% (setenta e cinco por cento) previsto acima.

9.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas neste item 9.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

9.4.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA X

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

10.1. A Emissora e cada uma das Fiadoras declara e garante, de forma individual e não solidária, ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;





- iii) os representantes legais da Emissora e das Fiadoras que assinam esta Escritura de Emissão têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora e cada uma das Fiadoras na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- iv) a celebração desta Escritura de Emissão e das Escrituras de Hipoteca e o cumprimento das obrigações previstas nas mesma, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelas Fiadoras;
- v) a celebração dos documentos da Oferta Restrita, inclusive desta Escritura de Emissão e das Escrituras de Hipoteca, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, (a) não infringiu qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, (b) não acarretou em (b.i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (b.ii) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou Fiadoras, com exceção da Garantia Real prevista no item 4.11.1.1. acima; ou (b.iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (c) não infringiu qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo a aprovação da AGE da Emissora e dos Atos Societários das Fiadoras), é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) o registro da AGE da Emissora e dos Atos Societários das Fiadoras na JUCEES; (ii) a inscrição da Escritura de Emissão na JUCEES e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes; e (iii) o registro das Debêntures na CETIP;





- vii) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- viii) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas plenamente válidas e em vigor, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- ix) cumpre leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- x) cumpre o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, conforme aplicável, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;
- xi) cumpre a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista e previdenciária, zelando sempre para que (i) a Emissora não utilize, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores da Emissora estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) a Emissora e as Fiadoras cumprem as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; e (iv) a Emissora e as Fiadoras cumprem a legislação aplicável à saúde e segurança públicas;
- xii) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar a Emissora e as Fiadoras à manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento,

8





exceto por aqueles contratos e acordos que não afetem de forma adversa e material a sua geração de caixa e a sua capacidade de honrar com as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;

- xiii) os documentos e informações fornecidos no âmbito da Oferta Restrita são corretos, verdadeiras, completas e precisas e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- xiv) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a afetar de forma adversa e material a capacidade da Emissora e/ou das Fiadoras de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- xv) as demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde 31 de dezembro de 2013, (a) não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, (b) não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, (c) não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;
- xvi) não omitiu nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica em prejuízo dos titulares das Debêntures;
- xvii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;





- xviii) conhece os termos e condições da Instrução CVM 476, inclusive aquelas dispostas no artigo 17;
- xix) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
- xx) não está, nesta data, incorrendo em nenhuma das Hipóteses de Vencimento Antecipado; e
- xxi) está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei.

10.3. A Emissora e as Fiadoras, de forma solidária, em caráter irrevogável e irretratável, se obrigam a indenizar os titulares das Debêntures por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos titulares das Debêntures em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora:

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Rua José Alexandre Buaiz, 300, 18º Andar, Enseada do Suá, Ed. Work Center
CEP 29.050-545

Vitória - ES





At.: Sr. Gilberto Vieira
Tel.: (27) 2125-6345
Fax: (27) 2125-6370
E-mail: gilberto@aguia branca.com.br

e

Rodovia BR 262, KM 05, Campo Grande, 3º Andar, Prédio Administrativo -
Divisão Comércio.,
CEP 29.145-901
Cariacica - ES
At.: Sr. Romero de Freitas Ventura
Tel.: (27) 2125-4992
Fax: (27) 2125-4977
E-mail: romero@aguia branca.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da
Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

iii) para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Rua Ururai, nº 111 - Bloco B - Térreo

Tatuapé, CEP: 03084-010

São Paulo/SP

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431





Fac-símile: (11) 2797-3140

iv) para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B - Térreo

Tatuapé, CEP: 03084-010

São Paulo/SP

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Fac-símile: (11) 2797-3140

Correio Eletrônico: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

v) para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452- 002

São Paulo/SP

At. Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.2. Renúncia

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio





que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Despesas

11.3.1. A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.5. Disposições Gerais

11.5.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.5.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula

8





declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.5.3. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

11.6. Foro

11.6.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Vitória, 10 de dezembro de 2014.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)



PÁGINA 1/7 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Nome: *Riguel Chieppe*
Cargo: *Presidente*

Nome: *Uarlem de Nazare Oliveira*
Cargo: *Diretor*

Cartório Brandão
R. Itaina Pereira Matta, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29.090-370 - Tel: 27 3223-0650 / 3223-8186
e-mail: cartoriobrandao@cartoriobrandao.com.br - www.cartoriobrandao.com.br

RECONHECIMENTO DE FIRMA. Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
RIGUEL CHIEPPE, e dou fé. Em Test. da verdade.
Vitória-ES, 15 de dezembro de 2014.

PETERSON GOBETTI - Escrevente Autorizado /PG
Selo: 023135.GNT1407.53741/Cod.PSV - Emol: R\$ 3,95, Enc: R\$ 0,88
TOTAL: R\$ 4,83 - Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br



Cartório Brandão
R. Itaina Pereira Matta, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29.090-370 - Tel: 27 3223-0650 / 3223-8186
e-mail: cartoriobrandao@cartoriobrandao.com.br - www.cartoriobrandao.com.br

RECONHECIMENTO DE FIRMA. Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
UARLEM DE NAZARE OLIVEIRA, e dou fé. Em Test. da verdade.
Vitória-ES, 15 de dezembro de 2014.

PETERSON GOBETTI - Escrevente Autorizado /PG
Selo: 023135.GNT1407.53778/Cod.QRS - Emol: R\$ 3,95, Enc: R\$ 0,88
TOTAL: R\$ 4,83 - Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br




8



PÁGINA 2/7 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**


Nome: _____
Cargo: **Pedro Silva**
 procurador

Ofício
Adilson Wagner Firmino TABELIAO 088906AA111651
Estrada dos Bandeirantes, 299 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel.: (21) 2445-8785

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA
Rio de Janeiro, 12 de Dezembro de 2014. Conf. por
Em testemunho da verdade

Ofício 2º DE NOTAS
Alberto Marques dos Santos
Enrolamento e Impostos
CTPS 7868157
Total R\$ 100 R/

CTPS 78631 S/108 RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE AUTORIZADO
EARS 6369-FER Consulte em "http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico"

PÁGINA 3/7 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

ÁGUA BRANCA PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: Nilton Carlos Chieppe
Cargo: Gerente



Nome: Decio Luiz Chieppe
Cargo: Gerente



R. Itaina Pereira Matta, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29.090-370 - Tel: 27 3223-0650 / 3223-8186
e-mail: cartoriobrandao@cartoriobrandao.com.br - www.cartoriobrandao.com.br

RECONHECIMENTO DE FIRMA. Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
NILTON CARLOS CHIEPPE, e dou fé. Em Test. da verdade.
Vitória-ES, 15 de dezembro de 2014.

PETERSON GOBETTI - Escrevente Autorizado /PG
Selo: 023135.GNT1407.53757/Cod.SV9 - Emol: R\$ 3,95, Enc: R\$ 0,88
TOTAL: R\$ 4,83 - Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br



R. Itaina Pereira Matta, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29.090-370 - Tel: 27 3223-0650 / 3223-8186
e-mail: cartoriobrandao@cartoriobrandao.com.br - www.cartoriobrandao.com.br

RECONHECIMENTO DE FIRMA. Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
DECIO LUIZ CHIEPPE, e dou fé. Em Test. da verdade.
Vitória-ES, 15 de dezembro de 2014.

PETERSON GOBETTI - Escrevente Autorizado /PG
Selo: 023135.GNT1407.53787/Cod.HDS - Emol: R\$ 3,95, Enc: R\$ 0,88
TOTAL: R\$ 4,83 - Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br



8



PÁGINA 4/7 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S.A.



Nome:

Cargo:

Nilton Carlos Chieppe
Nilton



Nome:

Cargo:

Renan Chieppe
Renan

Cartório
Brandão

R. Itaina Pereira Motta, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29.090-370 - Tel: 27 3223-0650 / 3223-8186
e-mail: cartoriobrandao@cartoriobrandao.com.br - www.cartoriobrandao.com.br

Fabrizio Brandão Coelho Vieira - Tabelião Titular

RECONHECIMENTO DE FIRMA. Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
RENAN CHIEPPE, e dou fé. Em Test. da verdade
Vitória-ES, 15 de dezembro de 2014.

PETERSON GOBETTI - Escrevente Autorizado /PG

Selo: 023135.GNT1407.53804/Cod.T28 - Emol: R\$ 2,19, Enc: R\$ 0,48
TOTAL: R\$ 2,67 - Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br



Cartório
Brandão

R. Itaina Pereira Motta, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29.090-370 - Tel: 27 3223-0650 / 3223-8186
e-mail: cartoriobrandao@cartoriobrandao.com.br - www.cartoriobrandao.com.br

Fabrizio Brandão Coelho Vieira - Tabelião Titular

RECONHECIMENTO DE FIRMA. Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
NILTON CARLOS CHIEPPE, e dou fé. Em Test. da verdade.
Vitória-ES, 15 de dezembro de 2014.

PETERSON GOBETTI - Escrevente Autorizado /PG

Selo: 023135.GNT1407.53760/Cod.SV9 - Emol: R\$ 2,19, Enc: R\$ 0,48
TOTAL: R\$ 2,67 - Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br





8



PÁGINA 5/7 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

RIO NOVO LOCAÇÕES LTDA.

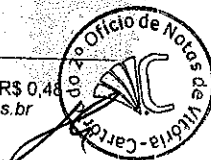
 Nome: <u>Nilton Carlos Chieppe</u> Cargo: <u>Administrador</u>	 Nome: <u>Decio Luiz Chieppe</u> Cargo: <u>Administrador</u>
--	---

Cartório Brandão
2º Ofício de Notas do Juiz de Vitória

Fabício Brandão Coelho Vieira - Tabelião Titular
R. Ildefonso Pereira Motta, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29.090-370 - Tel: 27 3223-0650 / 3223-8186
e-mail: cartoriobrandao@cartoriobrandao.com.br - www.cartoriobrandao.com.br

RECONHECIMENTO DE FIRMA. Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
DECIO LUIZ CHIEPPE, e dou fé. Em Test. da verdade.
Vitória-ES, 15 de dezembro de 2014.

PETERSON GOBETTI - Escrevente Autorizado /PG
Selo: 023135.GNT1407.53789/Cod.HDS - Emol: R\$ 2,19, Enc: R\$ 0,48
TOTAL: R\$ 2,67 - Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br



Cartório Brandão
2º Ofício de Notas do Juiz de Vitória

Fabício Brandão Coelho Vieira - Tabelião Titular
R. Ildefonso Pereira Motta, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29.090-370 - Tel: 27 3223-0650 / 3223-8186
e-mail: cartoriobrandao@cartoriobrandao.com.br - www.cartoriobrandao.com.br

RECONHECIMENTO DE FIRMA. Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
NILTON CARLOS CHIEPPE, e dou fé. Em Test. da verdade.
Vitória-ES, 15 de dezembro de 2014.

PETERSON GOBETTI - Escrevente Autorizado /PG
Selo: 023135.GNT1407.53761/Cod.SV9 - Emol: R\$ 2,19, Enc: R\$ 0,48
TOTAL: R\$ 2,67 - Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br


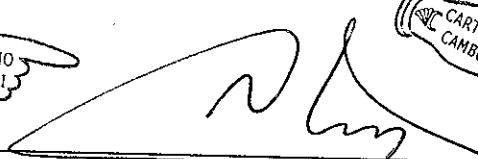



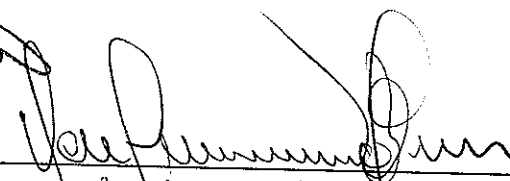
[Handwritten mark]



PÁGINA 6/7 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

VD COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

 
Nome: Riquel Chieppe
Cargo: Administrador

 
Nome: Uarlem de Nazare Oliveira
Cargo: Administrador

Cartório Brandão
2º Ofício de Notas do Juiz de Vitória

R. Italo Pereira Malta, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29.090-370 - Tel: 27 3223-0650 / 3223-8886
e-mail: cartoriobrandao@cartoriobrandao.com.br - www.cartoriobrandao.com.br

RECONHECIMENTO DE FIRMA. Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
RIGUEL CHIEPPE, e dou fé. Em Test. da verdade.
Vitória-ES, 15 de dezembro de 2014.

PETERSON GOBETTI - Escrevente Autorizado /PG

Selo: 023135.GNT1407.53743/Cod.FSV - Emol: R\$ 2,19, Enc: R\$ 0,48
TOTAL: R\$ 2,67 - Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br



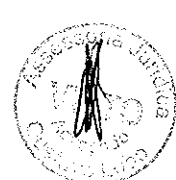
Cartório Brandão
2º Ofício de Notas do Juiz de Vitória

R. Italo Pereira Malta, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29.090-370 - Tel: 27 3223-0650 / 3223-8886
e-mail: cartoriobrandao@cartoriobrandao.com.br - www.cartoriobrandao.com.br

RECONHECIMENTO DE FIRMA. Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
UARLEM DE NAZARE OLIVEIRA, e dou fé. Em Test. da verdade.
Vitória-ES, 15 de dezembro de 2014.

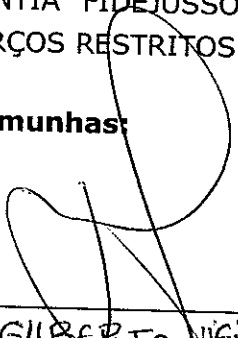
PETERSON GOBETTI - Escrevente Autorizado /PG

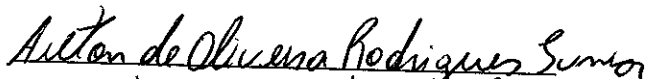
Selo: 023135.GNT1407.53720/Cod.QRS - Emol: R\$ 2,19, Enc: R\$ 0,48
TOTAL: R\$ 2,67 - Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br



PÁGINA 7/7 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Testemunhas:


Nome: GILBERTO VIEIRA DA SILVA
RG: 930 806-ES
CPF: 015 171 377-48


Nome: AILTON DE OLIVEIRA RODRIGUES JUNIOR
RG: 1932 682 ES
CPF: 103 863 317-66



